

ORDEM, INTEGRAÇÃO E FRONTEIRAS NO IMPÉRIO ROMANO. UM ENSAIO

Noberto Luiz Guarinello¹

O objetivo deste ensaio é duplo: em primeiro lugar, discutir algumas das tendências mais recentes para se pensar e interpretar o Império Romano e, em segundo lugar, propor um certo ângulo de visão que pretende contribuir para uma compreensão mais atualizada do que foi o Império Romano na longa duração e que posição podemos atribuir-lhe sob o pano de fundo de uma História global. Os conceitos gerais que ordenam essa tentativa de revisão são os de ordem, integração e fronteira.

Já é praticamente consenso, entre os historiadores, que a história do Império Romano, assim como toda a chamada História Antiga, com suas divisões clássicas entre Oriente Próximo, Grécia e Roma, é uma construção do pensamento europeu, sobretudo do século XIX. Sua pretensão à universalidade, como a História Universal, ou mesmo como a História da civilização ocidental, esvaíram-se na produção acadêmica das últimas décadas. Ao mesmo tempo, os conceitos que estavam por trás da criação dessas ‘histórias’, como nação, povo, raça, civilização, são evidentes projeções anacrônicas de um presente que não é mais o nosso. A História do Império Romano é uma história particular e seu interesse deve ser buscado, precisamente, em sua particularidade, e não na suposta contribuição para a construção de um futuro que, para os próprios habitantes do Império, obviamente ainda não existia.

¹ Departamento de História/Universidade de São Paulo.

A narrativa histórica sobre o Império Romano sempre apresentou problemas para a historiografia. Por muitos anos, houve a forte tendência de focalizar a narrativa, e a explicação dos fatos e das realidades do Império, a partir de seu centro inicial: a cidade de Roma. Disso resultaram dois procedimentos paralelos, que hoje não mais se sustentam. O primeiro, cuja origem remonta a Mommsen, de observar a história do Império pelo ângulo constitucional, como se o Império Romano representasse apenas um rearranjo das formas de poder típicas da cidade-estado Roma. O segundo, que seguia de perto a própria historiografia da Antiguidade, constituía-se em narrar a história do Império através de seus imperadores, como uma sequência de biografias e governos, muitas vezes centrada, excessivamente, na personalidade individual de sucessivos governantes. Quanto às regiões ‘conquistadas’, estas permaneciam à margem da história efetiva, como meros sujeitos/súditos cuja única opção era integrar-se ao império, fosse adotando os hábitos de uma civilização superior, ou seja, romanizando-se (como em Havelock), seja integrando-se pela via do comércio à dinâmica da burguesia italiana (como em Rostovtzeff).

Essa perspectiva romano-centrista, no sentido de centrar-se em Roma, começou a sofrer profundas alterações após a década de 1960 e podemos atribuí-la, em um primeiro momento, ao processo de descolonização da África e da Ásia e à perda da centralidade da Europa em termos mundiais. Diferentes trabalhos dedicaram-se à crítica da ‘romanização’ como processo pacífico e ressaltaram as resistências enfrentadas pelo Império contra diferentes populações. Dessa crítica, resultou uma maior atenção para as realidades locais e a necessidade, até então pouco explorada, de explicar o próprio fato da manutenção e permanência do Império por longos séculos. A ênfase da bibliografia deslocou-se, assim, do problema da queda do Império, que havia assombrado gerações desde Gibbon, para o do mistério de sua sobrevivência.

Três desenvolvimentos notáveis podem ser notados nas últimas décadas. O primeiro deles, que teve grande repercussão em termos teóricos, foi a fusão das histórias da Grécia e de Roma num único campo: o mundo greco-romano. Mesmo que a ideia já se encontrasse embrionariamente em autores do século XIX, como Fustel de Coulanges e Jacob Burckardt, foi Moses Finley que a colocou em primeiro plano em suas tentativas de construir conceitos específicos para entender o ‘mundo antigo’. Foi também Finley, em *Ancient Economy*, que definiu a abrangência do termo: o Mediterrâneo e as cidades, traçando as fronteiras do complexo greco-romano por meio daquelas que viriam a constituir o Império. A obra de Finley representou um marco em diversos sentidos: tornou obrigatório o uso de conceitos explícitos e mais refinados no estudo desse mundo antigo e construiu um espaço de comunicação entre os que viam o Império como fator benéfico de aculturação e os que acentuavam seu caráter de dominação e exploração. Não por acaso, ao longo dos anos 1980, os principais adversários e interlocutores de Finley encontravam-se no campo marxista. Embora esta disputa tenha se expressado, na época, como um embate entre modernistas e primitivistas, algo que hoje perdeu muito de seu sentido, revista 30 anos depois, parece mais claramente ligada à possibilidade, ou não, de formas de desenvolvimento econômico e social fora das relações capitalistas.

Em segundo lugar, o panorama historiográfico mudou radicalmente nos anos 1990, de uma maneira muito enriquecedora. A antiga preocupação com os conflitos políticos, com a economia, com as lutas entre exploradores e explorados foi absorvida e mesmo substituída por uma nova e profunda ênfase na dimensão cultural das sociedades humanas. Não se tratou de uma mudança apenas no âmbito da História Antiga, obviamente, mas teve nela efeitos cruciais. É difícil definir um pano de fundo histórico para essa mudança de paradigma sem parecer superficial. Mesmo assim, é possível apontar algumas

transformações importantes que afetaram a produção historiográfica como um todo. A queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética tiveram um impacto mais que considerável sobre a produção marxista e, em geral, sobre os que defendiam alternativas a uma ordem mundial unipolar. Os anos 1990 foram também os anos em que as noções de globalização, de integração mundial sem fronteiras, de crise dos estados nacionais passaram mais intensamente a fazer parte do debate científico.

Esse impacto pode ser sentido mais diretamente na importância crescente que adquiriu, nos estudos sobre o mundo antigo, a noção de *identidade*. Tomando de empréstimo conceitos desenvolvidos no âmbito das Ciências Sociais, as identidades passaram a ser encaradas como construções sociais, como processos de inclusão e exclusão e como o foco principal da descrição de grupos e dos modos de sua ação no mundo antigo. Desse modo, desfizeram-se nos últimos anos as noções de uma identidade grega, ou mesmo romana, como entidades fixas, ressaltando sua instabilidade ao longo do tempo, seus processos de criação e mudança, sua eficácia social. Aplicada ao Império Romano, as teorias da identidade desconstruíram a ideia de uma identidade romana imutável, imposta às províncias, a qual se deveria aceitar ou rejeitar em bloco. O Império passou a ser visto como um jogo de múltiplas identidades em diálogo, como um sistema de comunicação comum: no Oriente, através do reforço e da valorização de uma nova identidade grega, centrada na língua e na cultura escrita, que permitia às elites urbanizadas assumirem seu papel no Império; no Ocidente, através de um processo de fusão de identidades, variadamente visto não mais como aculturação imposta, mas como hibridização ou creolização cultural, com tempos diferentes em espaços distintos, e tendo como motor principal não mais a força bruta do conquistador, mas as cidades. A imagem hoje predominante é a de um Império multicultural, tolerante, integrado, centrado no

Mediterrâneo, mas se estendendo pela Europa central e pelas terras interiores por meio de um lento processo de integração cultural.

Em terceiro lugar, o Mediterrâneo, por sua vez, tornou-se o palco central dos estudos sobre o mundo antigo e sobre o Império Romano, sobretudo a partir da publicação de *The Corrupting Sea*, de Nicholas Purcell e Peregrine Horden. Embora partindo de premissas completamente distintas daquelas do campo identitário, os estudos recentes sobre o Mediterrâneo também refletem a influência de certas visões sobre a globalização em voga na virada do milênio. A partir de uma visão uniforme sobre as características físicas e ecológicas do Mediterrâneo, Purcell e Horden centram seus estudos na conectividade, na necessidade e na potencialidade que o Mediterrâneo oferece para a interconexão entre grupos humanos. Uma história do mundo antigo vista pelo ângulo da história do Mediterrâneo é um processo contínuo de intensificação de intercâmbios entre localidades, que criam redes globais, mas que permanecem locais. O Mediterrâneo é visto, assim, como uma junção de localidades, diferenciadas apenas pelo adensamento populacional e pela quantidade maior ou menor de fluxos que gera de ou para si, um espaço livre para a comunicação, como se supunha ser a internet. Nos últimos anos, essa perspectiva tem sido intensamente debatida e criticada, mas seu impacto sobre os estudos da Antiguidade e do Império Romano, em particular, não podem ser minimizados.

É inegável que a chamada História Antiga e a História do Império Romano enriqueceram-se enormemente nas últimas duas décadas e que a introdução de conceitos novos, como identidade, comunicação, fluxos e, em geral, de todas as teorias derivadas da *cultural turn* dos anos 1960 atuaram no sentido de renovar enormemente a disciplina. É a partir dessa renovação, portanto, que se pode tentar pensar em seus limites e apontar caminhos para ir além. Muito das influências dos estudos culturais e daqueles sobre

identidade derivou das formas que assumiram os conflitos sociais nos países ditos centrais à atual ordem mundial. Embates identitários, multiculturalismo, interconectividade têm muito a ver com os desenvolvimentos ocorridos na Europa e nos EUA, com suas necessidades internas de integração, com o aparente arrefecimento de conflitos sociais clássicos e da política como espaço de sua resolução. Muito recentemente, no entanto, a chamada globalização, que parecia um processo inevitável e sem conflitos, parece ter encontrado, ao menos momentaneamente, fronteiras insuspeitadas: políticas, econômicas, culturais e sociais. Da perspectiva do Extremo Ocidente, na qual nos colocamos como brasileiros, a ideia mesma de uma nova ordem mundial sem conflitos e a redução dos enfrentamentos sociais a disputas por espaços de identidade própria nunca pareceu confortável.

É possível, assim, tentar repensar o Império Romano em outros termos, através das fissuras dos paradigmas dominantes. Em primeiro lugar, o Império Romano nunca foi um palco para o embate de identidades múltiplas ou, dito em outros termos, o Império não foi o resultado de embates identitários, nem sua história se explica pelo conflito ou acomodação de identidades. O conceito de identidades, tal como desenvolvido nas Ciências Sociais, não parece dar conta, de modo suficiente, das ações sociais coletivas, seja no tempo ou no espaço. O próprio conceito implica na criação de fronteiras, cujo conteúdo nunca é explicitado, que podem ser alargadas ou diminuídas praticamente ao acaso, até resumirem-se ao indivíduo, ou mais ainda, às várias identidades dentro de um mesmo indivíduo. Não que as identidades sejam irrelevantes, mas fazem parte de um jogo social mais amplo, do qual não dão conta sozinhas.

Por outro lado, a mediterraneização da História Antiga retira, precisamente, a história do Mediterrâneo. Como dar conta da chamada conectividade e de seus fluxos sem pensar no modo como fronteiras políticas e culturais determinaram, na ordem do tempo, o sentido

e a intensidade desses fluxos? Como pensar o processo de integração do Mediterrâneo sem se preocupar com a quantidade de violência, destruição e recriação de fronteiras, que foram o pressuposto do processo de integração dos locais às suas margens. Nos termos específicos do Império Romano, por outro lado, a fixação no Mediterrâneo é reconhecidamente insuficiente. O Mediterrâneo, e voltaremos a este ponto, é apenas o lugar onde várias terras, com diferentes profundidades, em tempos distintos, se encontram. Por fim, para retomar a proposta de Finley, seguida pela maioria dos autores contemporâneos, como reduzir a ordem imperial à ordem das cidades, se o Império Romano era majoritariamente um mundo rural e extremamente diversificado? Embora as fronteiras políades e municipais funcionassem como locais principais de apoio do poder, o Império Romano ia muito além do mundo das cidades, cada qual isolada e diretamente ligada a Roma.

O que chamamos Império Romano pode ser visto como um momento, um longo momento, num processo mais vasto de integração de sociedades humanas no tempo e no espaço. Por isso, refletir sobre ele é útil para pensarmos o presente, não tanto buscando analogias, mas perguntas e diferenças. Vista na longa duração, o Império Romano é uma ordem que se institui no tempo, não pelo desaparecimento das ordens anteriores, mas por sua reconfiguração numa nova ordem que, por sua vez, também se altera com o tempo. Para entender essa afirmação, é necessária uma pequena digressão sobre o que se entende aqui por ordem. Ordem não é aqui um comando, uma força aplicada pontualmente, mas uma ordenação da vida, que se dá e se reproduz no tempo. Não há um ponto zero, uma hora certa para o surgimento da ordem. Ela é o resultado, a cada momento, do somatório de todos os atos passados, ela é um acúmulo, um trabalho morto corporificado, que aparece aos viventes como parte natural e necessária da vida, mesmo que insatisfatória. A ordem, boa ou má, segundo quem a vê, impõe-se porque gera previsibilidade, porque define

expectativas e porque confere posições aos membros da ordem, define-lhes o espaço de sua ação individual ou coletiva, suas trajetórias possíveis, seus projetos. Compõem a ordem todas as dimensões da realidade que não são efêmeras: as estruturas materiais, as instituições, as crenças, as relações estabelecidas, a tecnologia, o conhecimento, as práticas cotidianas: são as fronteiras cotidianas da ação social. O que se define assim por ordem é um espaço de consenso assumido, de cooperação, mesmo em um ambiente altamente competitivo ou conflitivo. Contudo, apesar de se prolongar no tempo, e de existir precisamente pelo acúmulo de ações no tempo, a ordem sempre existe num espaço determinado. A ordem tem também fronteiras externas, tanto quanto internas.

O conceito de fronteira tem ocupado, recentemente, a atenção de numerosas disciplinas nas Ciências Sociais, deslocando-se, de seu sentido óbvio e moderno de linha de separação entre Estados, para um campo metafórico mais amplo, que tenta dar conta de um grande número de processos sociais. Fronteira, com efeito, tem sua origem etimológica na palavra francesa *front* (derivada de cabeça) e que designava, no século XV, o espaço vazio entre dois exércitos antes da batalha. Um obstáculo, portanto, mas também um lugar de passagem, um campo de negociação, um espaço de ação, um definidor dos grupos em ação. O campo semântico associado à fronteira é imenso, o que permite uma tipologia e um refinamento do conceito para casos específicos: de barreira intransponível a obstáculo, ponto de passagem, margem, franja. É no jogo de negociações ao longo dessas fronteiras que a ordem se reproduz e se altera.

Definido deste modo, no entanto, o conceito de fronteira corre o mesmo risco de diluição que o conceito de identidade. O próprio conceito de fronteira precisa, antes de tudo, de uma fronteira. Várias tipologias são possíveis. Aqui me centrarei numa espécie de hierarquia abstrata, pois me parece mais operativa para nosso objeto de estudo: a ordem

romana como parte de um processo de integração. Assim, em termos muito gerais, a primeira fronteira é a própria natureza, que deve ser dominada e apropriada para que uma comunidade humana (nossa segunda fronteira) possa sobreviver e reproduzir-se acumulando, a cada dia, trabalho morto (nossa terceira fronteira). A junção dessas fronteiras parciais é a fronteira do poder, em seu sentido mais amplo, poder de ocupar um território, capacidade de agir sobre os homens e a natureza e de organizar a ação coletiva. Esse poder, em cada comunidade, regula a cooperação e a competição interna, estabelecendo-se a partir de fronteiras internas, que diferenciam os membros da comunidade: as famílias, os sexos, os grupos de idade, os proprietários, os trabalhadores, os que têm autoridade, os que não a têm, e assim por diante. Neste sentido, a ordem é a comunidade e a comunidade reproduz e modifica a ordem (ou seja, a si mesma) através da negociação de suas fronteiras. Cada comunidade representa, assim, uma fronteira política, econômica, social e cultural, um esquema interno de comunicação, classificação, propriedade e exploração. É com esta fronteira de múltiplas faces, e com múltiplas densidades, que cada comunidade se defronta com as outras e com elas se integra, ou não.

Por fim, as fronteiras de uma comunidade são definidas externamente, são as fronteiras que a separam dos outros. Podem ser apenas fronteiras de isolamento, de autossuficiência, mas em todo processo de integração são, na verdade, fronteiras de negociação, de cooperação e de conflito, que abrem percursos, canais, corredores e trajetos. As fronteiras intercomunitárias são fronteiras de trocas, de movimentos de bens, de informações, de quadros culturais e de homens. Interesses comuns são facilitadores de trocas, são pontos de passagem, como podem ser também uma língua comum, hábitos semelhantes, memórias compartilhadas que se reforçam com o tempo. Interesses divergentes tornam as fronteiras zonas de guerra, de violência, de dominação, de

destruição. A guerra é talvez um caso limite, embora tenha se tornado endêmica em alguns momentos do nosso mundo antigo. A fronteira também é, antes de tudo, um espaço de negociação de fronteiras.

Como foi dito acima, o Império Romano é parte e resultado de um amplo e longo processo de integração, de acúmulo de trabalho humano. Como entendê-lo no tempo e no espaço? Qualquer recorte geográfico e temporal que se proponha será necessariamente arbitrário. A arbitrariedade, no entanto, não é necessariamente negativa, desde que seja explícita. É apenas a proposição de um foco que se julga relevante. Mesmo que o Império Romano não tenha sido, necessariamente, um império mediterrânico, é evidente que o *mare nostrum* ocupava uma posição central na sua configuração, na articulação do que chamarei de terras mediterrânicas, ou seja, aquelas terras para as quais, em diferentes períodos, o mar interno foi um dos facilitadores da integração. Um mar mediterrâneo é, ao mesmo tempo, um obstáculo e uma via de integração. É uma clara fronteira, cuja superação depende da vontade das comunidades à sua margem e do desenvolvimento progressivo da tecnologia para superá-lo, atravessá-lo, obter informações sobre seus contornos, contatos, portos, abrigos. A partir de um certo acúmulo, o mar se torna meio de integração, pela velocidade que proporciona aos percursos e, sobretudo, por que expõe, às várias comunidades, uma ampla gama de diferenças culturais, sociais, naturais. Uma das características fundamentais de um espaço mediterrânico é a possibilidade que oferece, ao contrário das massas continentais, de unir a facilidade de contatos à manutenção das ordens locais. Se tomarmos, arbitrariamente, o século IX a.C. como ponto de partida, três fenômenos interligados parecem ocorrer nesse mundo: 1) a abertura progressiva do mar para o comércio, a colonização, a pirataria, provavelmente estimulada pela difusão do uso do ferro; 2) o progressivo fechamento de territórios agrícolas em comunidades políticas guerreiras, as

futuras cidades-estado. 3) a progressiva unificação política das terras a oriente do Mediterrâneo, primeiramente pelo Império Assírio, depois pelo Persa, que impulsiona diretamente o processo de integração das margens do mar. As novas fronteiras geram, a longo prazo, prosperidade e guerra. Guerra interna pelo acesso à terra, guerras externas pelo controle do mar, pela expansão das terras agrícolas, contra os montanhesees que atacam as planícies, contra invasores de fora, como os celtas, contra os ricos impérios no oriente do Mediterrâneo. Do século V a.C. ao I a.C., o processo de integração não se interrompe: mais informações se difundem, as trocas comerciais se intensificam, modelos semelhantes de sociedade e de visões de mundo se espalham e as fronteiras do poder se abrem para territórios cada vez mais amplos, ao mesmo tempo em que as terras mediterrânicas mantêm sua rica diversidade. É nesse contexto de guerra endêmica, interna e externa, dentro e fora da ordem e entre ordens distintas, que a aliança de cidades da Itália conquista, pouco a pouco, a hegemonia sobre as terras mediterrânicas e impõe uma nova ordem, calcada na paz interna, uma ordem que se sobrepõe às ordens antigas, sem anulá-las, mas que as altera fundamentalmente. A ordem imperial, criada pela violência, reconfigura as ordens anteriores para englobá-las num todo diferente, cujo centro é, durante certo tempo, Roma. A criação de uma ordem imperial romana é um processo progressivo, que pressupõe toda a história anterior, e que leva a um novo patamar de integração, reconstruindo e ordenando suas fronteiras internas. Aqui reside uma questão central da historiografia romana: o que representou a nova ordem romana? Para muitos historiadores, a unificação propiciada pelo Império foi apenas a imposição de um único poder, com base militar, sobre um mundo que continuou a viver como antes. A ordem romana seria, assim, apenas uma superestrutura de poder, quase sem reflexos sobre as ordens locais, que continuaram sua vida de sempre, só que agora submetidas a um novo poder unificado.

A integração da esfera do poder e da autoridade sobre um vasto território não pode ser minimizada. Por um lado, rompeu antigas fronteiras, sociais e espaciais, estabelecendo um espaço comum, um novo além-fronteiras, um novo mundo bárbaro. Por outro lado, reconfigurou as fronteiras internas, transformando a ordem da vida, senão em toda a extensão do Império, ao menos em boa parte dele. O poder local passou a depender do poder central e a ordem da vida se articulou à ordem central, os conflitos locais viraram rebeliões contra a ordem. Num processo a longo prazo e cumulativo, a ordem política romana instituiu uma nova comunidade da ordem vivida. As fronteiras políticas e sociais das diferentes regiões do Império foram progressivamente uniformizadas e a estabilidade do Império propiciou um trânsito de bens, informações, pessoas e técnicas sem precedentes.

A integração propiciada pela paz do Império é claramente visível na documentação sobrevivente, tanto material como escrita. As trocas de bens e informações, a movimentação de pessoas e ideias, intensificaram-se de modo extraordinário. Nesse sentido, a unificação política representou um salto quantitativo e qualitativo de grandes proporções no processo de integração entre as terras sob seu domínio. O Império abriu as fronteiras políticas, aproximou as comunidades locais no espaço e no tempo da comunicação. Mas o poder imperial não foi um ente passivo nesse processo de contínua integração. A unificação propiciada pelo Império não significou apenas a ruptura de antigas fronteiras políticas e culturais, nem foi um mero facilitador de caminhos, embora esse resultado pareça inegável. A ordem imperial consolidou-se, ao longo do tempo, construindo novas fronteiras, dando nova rigidez a antigas divisões – como na separação entre Alexandria e os egípcios –, ao mesmo tempo em que permitia maior fluidez a outras – como na passagem da escravidão à liberdade com a generalização do estatuto dos libertos. A base da unificação das terras mediterrâneas foi, obviamente, uma nova configuração do

poder e da autoridade, centrada em Roma, na *res publica*, em suas instituições, e, sobretudo, na existência de um imperador, de onde fluía toda a autoridade. A partir do centro, todas as fronteiras internas foram reformadas: o poder militar separou-se do civil e o exército tornou-se um corpo à parte, ou corpos à parte, dentro do Império, dependentes diretamente do imperador. Tornaram-se, ao mesmo tempo, um meio de dominação, em última instância, e um caminho aberto para a ascensão social e para a integração. As fronteiras físicas do Império tornaram-se franjas, zonas limítrofes, que marcavam os limites da ordem impenável, mas não o das trocas.

Mas as sociedades no interior do Império também foram, progressivamente, redefinidas em suas fronteiras sociais, desde o centro até, pelo menos, os níveis mais locais de cada cidade. Os mecanismos de atuação da autoridade, por sua vez, foram articulados por limites, ao mesmo tempo, fixos e móveis. A definição rígida das ordens (senatorial, equestre, decurial), no centro e nas cidades, reestruturou as elites em sua relação com a autoridade imperial e o serviço do Império. O Império propiciou a criação, ao longo do tempo, de uma ordem racional, burocrática, previsível. Mas a fronteira da racionalidade nunca extinguiu a imprevisibilidade do exercício do poder, que permaneceu, em larga medida, pessoal, fluida e negociável: dependente do *status*, da riqueza, das redes de relações de patronato e amizade, do poder discricionário de governadores, de soldados e das elites locais. No bojo da integração política, a unidade imperial favoreceu a integração e a hierarquização das elites locais conduzindo, progressivamente, à formação de uma elite imperial, com códigos sociais, culturais e de conduta cada vez mais homogêneos.

No interior das cidades do Império, criadas ou conquistadas, a nova ordem do poder teve várias consequências. As alianças entre cidades foram proibidas e transformadas em alianças com o imperador, ao mesmo tempo em que foram reunidas, arbitrariamente, em

novas unidades de governo e tributação, as províncias. A hierarquia passou a depender, diretamente, da vontade imperial: metrópoles, assentos do governador, regiões de estacionamento de legiões, etc. Recenseamentos, colônias, novos municípios, instalações de veteranos permitiram uma presença e um controle das regiões sob a ordem romana.

A fronteira mais importante, talvez, gerada pelo Império no interior das póleis e dos municípios, foi a que passou a aprofundar a separação entre ricos e pobres no exercício do poder. Nas póleis e *municipia*, a distinção entre elites e governados foi demarcada por novas fronteiras: só os ricos e os amigos de Roma governavam, só eram admitidas oligarquias. As áreas rurais ou foram atribuídas, progressivamente, ao mundo das cidades, como dependentes destas, ou, como no caso do Egito, foram controladas diretamente pelo imperador. A tributação unificou todos os súditos, assim como os recenseamentos alteraram as formas de propriedade e controle da terra reforçando, em boa parte do Império, a existência da propriedade privada, em oposição a diversificadas formas de propriedade comunal ou estatal. Além disso, a unificação dos territórios do Império abriu caminhos sem precedentes para a acumulação de riquezas privadas. Hiper-ricos possuíam propriedades em várias províncias do Império, os muito ricos atravessavam as fronteiras do território citadino, ricos dominavam cidades. Não havia limites para o enriquecimento, mas aos ricos das cidades cumpria manter a paz local, fosse pelo evergetismo, fosse pela garantia da justiça e do abastecimento.

Uma delimitação cultural reforçou a elitização da ordem romana por meio de duas fronteiras, a linguística e a identitária: a grega e a latina, línguas de cultura e de integração. O ensino das normas cultas tornou-se, ao mesmo tempo, uma barreira social e um caminho de ascensão, como nos mostram autores tão diferentes como Petrônio e seu rico e inculto Trimalcão, e Luciano, filho de artesãos, ou Epiteto, um ex-escravo.

Pelo que desenvolvemos até aqui, não se deve pensar, portanto, que a estabilidade do Império e as facilidades que criou para o processo de integração das populações ao redor do Mediterrâneo deveram-se ao estabelecimento de fronteiras rígidas da vida e da ordem. Ao contrário, muitas das novas fronteiras criadas podem ser consideradas como caminhos de integração. As redes de favorecimento, o evergetismo municipal, o cruzamento e confusão das fronteiras entre nascimento, riqueza, da honra pessoal e do *status* social abriam espaço para um amplo processo de negociação nos limites da ordem.

Mas o custo da integração não deve ser esquecido: a imposição de um poder único, a marginalização da pobreza, a repressão violenta de qualquer contestação, a criação de margens e bordas fronteiriças em muitas áreas rurais dentro do próprio Império, a incapacidade de integrar populações para além do *limes*. A integração propiciada pelo Império não representou, assim, um consenso, nem a paz geral que muitas vezes se propugna, mas um sistema de exploração contra o qual as alternativas eram escassas, dada a imensa dispersão geográfica e cultural dos insatisfeitos, dada a falta de alternativas viáveis ao Império. As revoltas dos judeus, a ascensão do cristianismo, propondo um novo ordenamento da vida em meio às cidades do Império, a literatura apocalíptica e o banditismo generalizado são exemplos de como a integração se fez à custa da maioria da população. Por outro lado, a única fronteira aberta, no interior do Império, era a do enriquecimento. Três ou quatro séculos de prosperidade, resultante da liberação das forças de integração no interior do Império unificado, que explicam muito sobre sua razoável estabilidade. A incapacidade de transformar essa integração econômica e cultural numa verdadeira integração social, numa comunidade de interesses, explica, talvez, e em parte, sua progressiva dissolução como unidade política.

